

Plebiscito pela Constituinte

Lenildo Tabosa Pessoa

Embora estas colunas não sejam o local adequado para confidências, devemos revelar ao leitor que sofremos, na semana passada, uma enorme decepção, mais exatamente uma imensa desilusão democrática. Estávamos certos de que o povo brasileiro queria a Constituinte, de que a salvadora assembléia constituía o objeto de sua opção preferencial. Acreditávamos até que nada ele queria tanto como a Constituinte e que por ela daria sua vida, se necessário. Afinal de contas, é isso que os políticos nos vêm dizendo desde muito antes da instalação da Nova República. Não nos disseram eles não só que o povo queria, mas que exigia a Assembléia? E não nos asseguraram, como representantes do povo, que dela e só dela poderia vir a solução de todos os nossos problemas?

É verdade que eles não esclareceram como, uma vez reunida a Assembléia e elaborada a Constituição, a inflação começaria imediatamente a cair, os preços dos gêneros de primeira necessidade baixariam e a vida do povo tornar-se-ia mais fácil. Como, entretanto, não havia dúvida de que nela estava a salvação, tínhamos certeza de que, em todos os supermercados e até nas feiras livres, cada produto teria, a seu lado, um grande cartaz, com um preço riscado e outro, muito menor, não riscado, tendo ambos, ao lado, respectivamente, as indicações antes da Constituinte e depois da Constituinte.

Em poucas palavras, como tudo mudaria para melhor, com a Assembléia, achávamos que a grande massa do povo brasileiro tinha toda razão para desejar tão ardentemente a Constituinte, como desejava, ou supúnhamos que desejasse, e para exigí-la, como exigia, ou supúnhamos que exigisse.

Eis senão quando, porém, o Instituto Gallup faz uma pesquisa e nos revela — e está aqui a razão de nossa profunda desilusão — que a maioria do povo brasileiro nem sequer sabe o que é a Constituinte. Os desinformados sobre o assunto chegam a representar 77% da população. Desse elevado número, 55% nunca, jamais, em tempo algum ouviram sequer falar de Constituinte, enquanto 22% já ouviram falar, mas não sabem do que se trata. É possível que muitos pensem, até, que se trata de um time organizado às pressas, para substituir a atual seleção na próxima Copa, já que os políticos vivem dizendo que nela está a salvação.

Apenas 23%, situados nas classes mais altas, sabem o que é a referida entidade, se é que, justamente por pertencerem às classes mais altas e não terem a simplicidade das mais baixas, não disseram que sabem por vergonha de dizer que não sabem. De qualquer maneira, desses supostos informados, que a imprensa já classifica a priori, em uma sutil tentativa de fazer a lavagem cerebral da opinião pública, como conscientes, todos dizem que sabem o que é a Constituinte, mas nem todos a querem. Desse número, já pequeno, 4% não a querem e outros 4% não têm opinião formada. Além disso, dos que sabem o que é a Constituinte e a querem, só 42% esperam muito dela, enquanto 39% acham que ela vai ajudar apenas um pouco a resolver os problemas nacionais, 7% acham que não ajudará em nada e 12% não têm opinião formada.

Em resumo, nada há tão antidemocrático, no Brasil, neste momento, quanto essa tal Constituinte. Como se explica, então, que nossos políticos tenham falado de verdadeiros clamores populares a favor dela? Será que nossos representantes, além de usurpar o nome do povo para atribuir-lhe coisas sem sua autorização, estavam também ludibriando-nos? E nós que pensávamos que eles tivessem feito algo como um plebiscito parti-

cular, ou pelo menos consultado atentamente as bases!

De qualquer maneira, se a grande maioria dos brasileiros não sabe sequer o que é a Constituinte e, dos que sabem, muitos não a querem, por que o presidente Sarney, em vez de enviar projetos de convocação da Assembléia, não promove um plebiscito, para que o povo diga se a quer ou não? Dir-se-á, talvez, que, independentemente dos resultados das pesquisas de opinião, ao comparecer às urnas para escolher os constituintes, o povo estará dando a chancela de sua divina autoridade ao trabalho que eles irão realizar. Mas não é bem assim.

Em um país onde o voto é obrigatório e quem não votar é punido, se o povo for convocado às urnas para dizer se, na construção de seu próximo avião, a Embraer deve ou não levar em conta os resultados das pesquisas aerodinâmicas tendentes a obter a sucção dos filetes do extradorso do aerofólio com a finalidade de impedir o afastamento da camada limite, comparecerá e votará. Na Itália, quando se tratou de aprovar o divórcio, não se chamou o povo simplesmente para dizer sim ou não ao divórcio. Convocou-se perguntando se ele era a favor ou não da ab-rogação de uma lei que já estabelecia a dissolução do matrimônio. Quem quisesse o divórcio devia votar não e quem não quisesse devia votar sim, o que um número imenso de eleitores veio a saber apenas depois da votação. Por outro lado, inúmeros votantes confessaram, depois, não saber o que significava a palavra ab-rogação.

É assim que se manifesta, muitas vezes, nas sociedades democráticas, a soberana vontade popular, à qual se atribuem poderes divinos, sem excluir o de eliminar o próximo!

O problema grave, gravíssimo, da convocação, pelo Congresso, da Assembléia Constituinte, é que, se a maioria da população não sabe sequer o que é isso, essa assembléia estará fatalmente destituída de apoio popular. Será, portanto, uma assembléia nacional antidemocrática.

Mas não param aí seus vícios de origem. Se 77% não sabem o que é a Constituinte e só 23% sabem e se destes se tiver de tirar ainda 4% que não a querem e mais 4% que não sabem se querem, os conscientes que realmente sabem e querem ficarão reduzidos a poucos. Ora, poucos, em grego, é oligoi, do que se deduz que uma Assembléia Constituinte que reflita a vontade apenas dessa minoria, além de ser antidemocrática, será também oligárquica. E como os que sabem e querem estão situados na classe A, ou seja, são pessoas de recursos, ou ricas, e rico, em grego, é plutos, conclui-se que a Assembléia Constituinte, além de antidemocrática e oligárquica, será também plutocrática.

A Constituição que brotar de seu dedicado trabalho será, portanto, uma Constituição dos ricos, das classes dominantes. Será por isso que nossos políticos mais populares a querem com tanto empenho?

Dir-se-á ainda que, se o povo não tem condições de votar para a Assembléia Constituinte (perdoem-nos os democratas a diabólica heresia), também não terá condições de participar de um plebiscito pela Constituinte. Mas aqui, pelo menos, poder-se-á fazer ao eleitor duas perguntas: se sabe o que é a Constituinte (pode-se até pôr quatro alternativas, para que ele marque uma delas, mostrando se sabe mesmo) e se a deseja, podendo responder à segunda apenas quem tiver respondido afirmativa e corretamente à primeira.

O fato é que, sem esse plebiscito, a Constituição que sair da Assembléia Constituinte não será democrática. Será outorgada pela minoria oligárquica e plutocrática. Será ditatorial.